

PROGRAMA DE GOVERNO

COLIGAÇÃO

TRABALHO E CONFIANÇA - JUNTOS POR LIVRAMENTO

Sant'Ana do Livramento



Setembro 2020

PROGRAMA DE GOVERNO PT/PCdoB - 2020

TRABALHO E CONFIANÇA - JUNTOS POR LIVRAMENTO

EIXOS ESTRATÉGICOS, DIRETRIZES E AÇÕES

1. EDUCAÇÃO
2. SAÚDE
3. INFRAESTRUTURA
4. DESENVOLVIMENTO, TRABALHO E RENDA
5. CULTURA, ESPORTE, LAZER, CIDADANIA
6. POLÍTICAS PARA AS MULHERES
7. POLÍTICAS PARA A JUVENTUDE
8. POLÍTICAS DE COMBATE AO RACISMO

APRESENTAÇÃO

“Livramento é a terra que herdamos de nossos antepassados e a mão que embalou nosso berço. Nossos duzentos anos nos encontrarão altivos e radiantes. Honrar a história desta fronteira é o nosso maior desafio”.

Glauber Gularte Lima

A construção deste programa de governo é resultado de um profundo e qualificado debate público que realizamos com a sociedade, através de reuniões setoriais e temáticas e muitas iniciativas nos ambientes virtuais, potencializados através das restrições sanitárias impostas pela pandemia do Covid-19, que proporcionaram uma metodologia inovadora na arena do debate sobre os rumos de nossa cidade para os próximos anos.

Sant’Ana do Livramento caminha a passos céleres para completar duzentos anos de história, situando-se no contexto histórico rio-grandense como um dos municípios mais antigos de nosso estado, partícipe de inúmeros momentos marcantes da história gaúcha e brasileira. Além disso, possui a particularidade de compartilhar com a vizinha cidade irmã de Rivera, capital Departamental da República Oriental do Uruguai, o título de “Fronteira da Paz”, dada a relação harmoniosa que ambos os povos consolidaram ao longo de sua história, o que muito nos honra e serve de referência de convívio e integração cultural para o mundo.

Como já afirmamos em outras oportunidades, na condição de menor ente federado, os municípios têm sido impactados positiva ou negativamente pelas macro políticas desenvolvidas nas esferas estadual e federal. Durante a década de 90, por exemplo, sofremos duramente as consequências das políticas neoliberais desenvolvidas em âmbito estadual e federal, o que resultou em uma crise sem precedentes, através do encerramento de atividades industriais e o consequente êxodo de parcelas significativas da população em busca de trabalho.

Já a partir dos anos 2000, com as políticas desenvolvimentistas realizadas pelos Governos de Olívio Dutra, Lula, Tarso Genro e Dilma, vários investimentos públicos foram realizados na cidade, tanto na base produtiva quanto em serviços estratégicos como saúde e educação.

Através deles, Livramento conquistou a UERGS, a Unipampa, o IFSUL, Parque Eólico, Mais Médicos, Mais Educação, e investimentos para a compra de máquinas e equipamentos e ampliação extraordinária de linhas de crédito para o setor produtivo.

Esse ambiente proporcionou condições para a instalação e criação de inúmeros empreendimentos e cooperativas no setor vitivinícola, leiteiro, e várias outras atividades agroindustriais, bem como em nosso comércio.

A nível de administração local, atingimos recordes em políticas públicas especialmente em áreas como saúde e educação, asseguramos a oferta do serviço hospitalar público através da intervenção na Santa Casa – que novamente ia fechar as portas, ampliamos as agroindústrias cadastradas pelo Sistema de Inspeção Municipal, adquirimos máquinas e equipamentos para a recuperação de nossa infraestrutura, como a Usina de Asfalto, qualificamos a captação e reserva de água através do DAE, investimos na qualificação do serviço público através da realização de concurso público. Ou seja, preparamos as bases para avançar ainda mais na perspectiva de um desenvolvimento integrado, tendo o ser humano como ponto de partida e chegada.

Contudo, a partir do golpe efetivado contra a presidente Dilma, quatorze anos de crescimento virtuoso do país foram interrompidos e a agenda neoliberal de retorno das privatizações de setores estratégicos da economia, como o pré-sal, a concentração de renda nas mãos de poucos e destruição do emprego foram retomadas com grande intensidade por Temer e Bolsonaro, subordinando novamente o país aos interesses dos EUA e jogando milhares de brasileiros à própria sorte.

No RS, a partir do governo Sartori, e no Brasil a partir de Temer, o tema desenvolvimento regional e local desapareceu da agenda pública. Em Livramento não existe um único investimento expressivo no setor produtivo ou de serviços desde que Tarso deixou o governo do estado e Dilma o governo federal.

É nesse contexto, de recuo de políticas públicas a nível estadual e federal, o que implica uma enorme capacidade de buscar soluções criativas locais e ao mesmo tempo cobrar de modo firme as responsabilidades das quais hoje Eduardo Leite e Jair Bolsonaro se eximem, é que atualizamos o nosso programa de governo que será apresentado nas eleições 2020.

Partindo das experiências e conquistas que obtivemos durante o período em que governamos a nossa cidade (2013/16), e apresentando propostas inovadoras para que a administração pública de nossa cidade contribua para impulsionar o desenvolvimento local capaz de assegurar emprego, trabalho, renda e qualidade de vida ao nosso povo, apresentamos o programa **“TRABALHO E CONFIANÇA” – JUNTOS POR LIVRAMENTO.**

Através dele, propomos a retomada de políticas públicas que haviam tornado nosso município uma referência para o estado, como nas áreas de saúde e educação, bem como a retomada do funcionamento da usina de asfalto para fazer frente ao caos da infraestrutura da cidade.

Ao mesmo tempo, apresentamos propostas que dialogam com outros problemas estruturais, como a questão das estradas rurais, através da implantação gradativa das subprefeituras no meio rural, assegurando eficácia administrativa não só na recuperação permanente de estradas, mas também nas áreas de saúde, educação e prestação de serviços diversos aos moradores do campo, tornando permanente a presença do poder público no meio rural.

Neste programa, o tema da geração de emprego, trabalho e renda adquire uma centralidade estratégica ainda maior, face à crise decorrente das políticas macroeconômicas regressivas implantadas pelas esferas de governo federal e estadual, que sinalizam tempos difíceis para as nossas economias.

Nesse sentido, estaremos focando a centralidade dos esforços da futura administração em dois eixos centrais e estratégicos: fortalecimento da base produtiva e estímulo à agro industrialização e potencialização do comércio e serviços através do fomento à atividade turística.

No desenvolvimento da base produtiva, atuaremos no fortalecimento das iniciativas agroindustriais já existentes e estimulando o surgimento de novas, na perspectiva da agregação de valor ao que é produzido em nossa terra. As compras públicas, especialmente da alimentação escolar, serão realizadas no limite da demanda e da oferta com os produtores locais.

Também atuaremos no estímulo ao emprego de jovens, através do programa Primeiro Emprego Municipal, envolvendo atividades agroindustriais, comércio e serviços.

O setor turístico ocupará o centro da agenda estratégica pública, na perspectiva da geração de emprego, trabalho e renda no comércio e serviços em geral. Identificamos nesse setor uma extraordinária capacidade de fazer frente ao desemprego crescente, em razão de que milhares de turistas frequentam nossa fronteira a cada ano para fazer compras nos free shops. De acordo com estudo realizado durante o governo de Tarso Genro, Livramento já era, naquela época, o segundo destino turístico em território gaúcho, em razão das compras em Rivera.

Focaremos nosso esforço na articulação qualificada com os empresários locais para desenvolver uma ousada política de retenção turística através de um Plano de Ação Estratégico, ofertando aos nossos visitantes um pacote de serviços de lazer, esporte, cultura, gastronomia, estimulando-os a permanecer um tempo mais em nossa fronteira.

Estamos convencidos de que é possível, no médio e longo prazo, através de um esforço conjugado intenso entre o setor público e privado, transformar Livramento efetivamente em uma cidade turística, com capacidade de atrair cada vez mais pessoas para a nossa fronteira, que aqui não venham apenas para fazer compras em Rivera, mas que se estimulem a consumir os serviços que estarão sendo ofertados.

Apresentamos este programa de modo a colaborar com o debate público dos rumos de nossa cidade, cientes da enorme responsabilidade que temos, especialmente com as gerações futuras. Jamais deixaremos de contribuir com o debate coletivo que apresente soluções para os nossos principais problemas. Que nossos filhos e netos tenham orgulho do caminho que construímos em tempos difíceis. Que tenhamos cada vez mais orgulho de expressar na alma a estampa de fronteiriços, herdeiros de um legado de lutas e ousadia, jamais de covardia e submissão. Por Livramento vale a pena lutar e sonhar!

Sant'Ana do Livramento – Fronteira da Paz

Setembro de 2020

EIXOS ESTRATÉGICOS

1. EIXO EDUCAÇÃO

Etapas da Educação Básica

Educação Infantil

Construção de uma Educação Infantil que respeite a infância e que garanta à criança os seus direitos e sua prioridade absoluta. Que respeitem as crianças nas suas especificidades, singularidades e culturas, através de uma proposta pedagógica que possa superar as concepções tradicionais e que reconheça as crianças como protagonista do seu saber e como partícipes na construção do conhecimento. Que reveja os espaços educacionais, pensando em uma estrutura escolar que contemple as necessidades das crianças pequenas. Que garanta o acesso à educação pública de qualidade a todas as crianças, garantindo assim à elas acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, a alimentação saudável, à liberdade de expressão, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças.

Ensino Fundamental

Uma proposta que garanta uma escola de qualidade para todos; que considere as dimensões socioeconômicas e culturais dos alunos, de problemas que repercutem na escola, tais como fracasso escolar, evasão escolar, desvalorização social dos segmentos menos favorecidos, incluindo a autoestima dos alunos e com ações direcionadas à superação da desigualdade sociais. Uma escola que promova uma aprendizagem mais significativa, que resultem de ações concretas com o objetivo de democratização dos processos de organização e gestão, exigindo rediscussão das práticas curriculares, dos processos formativos, do planejamento pedagógico, dos processos de participação, da dinâmica da avaliação e, portanto, do sucesso escolar dos estudantes.

Propostas:

- Continuação do Programa “Educação infantil para todos”;
- Central de vagas para educação infantil (Fim das filas de espera e garantia de vagas para todos);
- Universalização da pré-escola (todas as crianças de 4 a 5 anos na escola);
- Ampliar o número de vagas na creche (50% das crianças de 0 a 3 anos na escola);
- Implantar gradativamente a educação integral com jornada ampliada nas Emeis (horário escolar estendido até as 19h);
- Adaptação dos ambientes escolares para atender crianças pequenas (reforma e ampliação de escolas de educação infantil);
- Construção de prédio próprio para as Emeis que hoje ocupam prédios alugados;
- Abertura de novas Emeis em comunidades com demanda de vagas na educação Infantil;
- Autorização e credenciamento de todas as escolas, junto ao Conselho Municipal de Educação;
- Gestão democrática: Família/escola/Comunidade/Governo e políticas públicas;
- Programa Escola Comunitária e Cidadã- Associação de Bairros, Prefeituras municipal e comunidade escolar;
- Proposta Pedagógica Inovadora;
- Câmeras de monitoramento e segurança em todas as Emeis;
- Investimento em materiais didático/ pedagógicos, materiais de consumo e permanentes;
- Transformar em lei o programa “Uniformes escolar para todos”;
- Direito a alimentação saudável e adequada;
- Alimentação saudável e nutritiva pensada para cada fase do desenvolvimento infantil;
- Compra da alimentação escolar prioritariamente da Agricultura familiar;
- Reforma e ampliação das cozinhas e refeitórios escolares;

- Mobiliários, equipamentos e eletrodomésticos para cozinhas e refeitórios;
- Programa de alfabetização- garantia da alfabetização de todas as crianças nos três primeiros anos do Ensino Fundamental, até os 08 anos de idade;
- Reestruturação da rede escolar, assegurando ambientes favoráveis a aprendizagem, salas de aulas equipadas, bibliotecas, laboratórios de ensino e de informática, quadras de esporte, ambientes de planejamento e de trabalho coletivo;
- Consolidar o processo de democratização da gestão da educação municipal fortalecendo o projeto pedagógico das escolas, realizando eleições diretas para gestor das unidades escolares e contribuindo, efetivamente, com o fortalecimento dos Conselhos Municipais (Educação, FUNDEB, Alimentação);
- Democratização do acesso aos avanços tecnológicos e de conhecimentos;
- Políticas de formação dos educadores para práticas pedagógicas comprometidas com o tratamento igualitário das diferenças étnico-raciais e de gênero na educação infantil e no ensino fundamental.

Modalidades

EJA

Uma Educação de Jovens e Adultos que almeje uma transformação da realidade e dentro de uma perspectiva de desenvolvimento, da inclusão e da justiça social. Reconhecer a EJA como a reparação e a restauração de um direito negado, como a reentrada no sistema educacional dos que tiveram uma interrupção forçada, seja pela repetência ou pela evasão, seja pelas desiguais oportunidades de permanência ou outras condições adversas, deve ser saudada como reparação corretiva, ainda que tardia, de estruturas arcaicas, possibilitando aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social e na abertura dos canais de participação.

Educação Especial

Uma educação inclusiva que garanta a igualdade de direitos a todos, que reconheçam as diversidades individuais e respeite as necessidades dos alunos. O Atendimento Educacional especializado deve: complementar e/ou suplementar a formação do aluno; constituir oferta obrigatória pelos sistemas de ensino, deve ser realizado na sala de recurso multifuncional; romper com o modelo conservador da educação especial; integrar o Projeto Pedagógico da Escola e assegurar o direito às diferenças na escola. Para isso a Educação Especial deve ser considerada prioridade, sendo necessário uma reestruturação da Educação Especial na rede municipal. É preciso que todos os professores que trabalham nas salas de AEE tenham formação inicial específica para o cargo, que os profissionais que fazem o acompanhamento e o auxílio ao aluno dentro da sala de aula tenham qualificação e treinamento para tal função e que todas as escolas da rede tenham uma Sala de Recursos Multifuncionais organizada e equipadas para a realização do atendimento educacional especializado.

Educação do Campo

Uma Educação do Campo que visa desenvolver uma escola que seja realmente do campo e não apenas uma transposição do modelo de uma escola urbana para o campo, uma escola que assuma as práticas sociais dos camponeses e de quem more e tenha seus vínculos e raízes ligadas a vida do campo. Uma educação obrigatoriamente construída através da coletividade e da escuta do sujeito do campo. Uma educação que reconheça e valorize a diversidade do camponês, capaz de entender a força que o território, a terra, o lugar tenham na formação social, política, cultural, identitária dos povos do campo. Que permita uma organização escolar que contemplem as especificidades da educação do campo e as peculiaridades locais, com adequação curricular, calendário e o uso de práticas pedagógicas contextualizadas. Para isso torna-se fundamental políticas educacionais que revejam a organização da escola do campo no âmbito municipal, que invistam em infraestrutura, em formação para os professores que atuam nessa modalidade.

Propostas:

- Identidade e modelo pedagógico próprio considerando as especificidades da Eja;
- Compromisso de organização de políticas públicas voltadas a modalidade da Educação de Jovens e Adultos;
- Criação do cargo de Auxiliar ou Assistente de sala (para trabalhar dentro da sala de aula auxiliando o professor no trabalho com alunos com necessidades especiais);
- Direitos garantidos ao acesso, permanência e aprendizagem para os alunos das AEE;
- Salas de AEE autorizadas em todas as escolas e com recursos multifuncionais (SRM);
- EQUIPE MULTIDISCIPLINAR- Criação de equipes multiprofissionais que trabalhem em contato direto com o ambiente escolar e que possam avaliar os alunos. Com formação nas diferentes áreas como: assistência social, fonoaudiologia, pedagogia, psicologia, psicopedagogia, neuropsicopedagogia, terapia ocupacional, considerando a perspectiva institucional do serviço e promoção universal da aprendizagem.
- CENTRO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO- A Criação de um centro de AEE, que seria um espaço que não existe na rede, que nem os laboratórios de aprendizagem e nem as Salas de Recursos Multifuncionais poderiam oferecer, com profissionais da saúde, assistência social, psicólogos, psicopedagogos, fonoaudiólogos, terapeutas funcionais, neuropediatra, que possam dar um atendimento a todas as crianças que necessitam de diagnósticos e acompanhamento permanente de outros profissionais e que complementem o trabalho realizado pela escola.
- Autonomia- PPP, Regimento e Plano de estudo de acordo a realidade escolar do campo;
- Valorização dos profissionais que trabalham com Educação do Campo;
- Programa de Formação Continuada- Palestras, Seminários e parcerias com universidades buscando a qualificação em serviço do professor da Educação do Campo;
- O Aluno do campo visto como cidadão de direito e com Igualdade de condições educacionais em relação ao restante da rede municipal;
- Valorização do aluno como homem do campo, trazendo para o currículo a valorização e as especificidades da vida no campo;
- Ampliação da sua visão de mundo, através da tecnologia e de projetos culturais que o coloque em contato com outras realidades;
- Reforma, ampliação e adequação dos espaços escolares das escolas do campo;
- Transporte Escolar- Garantia de segurança no transporte escolar, de alunos e professores; Legislação específica; Reestruturação do Setor de Transporte Escolar junto a SME; Investimento em frotas próprias; Transparência e organização nos processos de licitação e contratação do transporte escolar terceirizado; Manutenção de pontes e estradas que dão acesso as escolas do campo;
- Setor de Educação do campo junto ao setor pedagógico da Sme;
- Calendário específico para Educação do Campo (Ano letivo, eventos e formações);

Profissionais da Educação

Propostas:

- Formação continuada para todos os profissionais da rede municipal de educação, bem como à estruturação de planos de carreira compatíveis aos profissionais da educação. Uma proposta de formação que vise o aperfeiçoamento prático e teórico, relações interpessoais, saúde emocional, que estimulem fatores como motivação, satisfação com o trabalho e maior identificação com a escola e com local de trabalho. As formações devem considerar cada etapa e modalidade de educação. Para que essa formação aconteça sem prejuízo em relação a carga horária desses profissionais, devem obedecer calendários especiais para formações, assim como metodologias que unam tecnologias(plataformas digitais), encontros presenciais, seminários, palestras e outras, no âmbito de incentivar a participação e fomentar o interesse desses profissionais a aperfeiçoarem seus saberes.
- Estabelecer parcerias com as Universidades na perspectiva da ampliação da qualificação acadêmica dos professores através de cursos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu;

- Concurso público como fortalecimento da carreira dos profissionais que atuam na educação municipal, como forma de garantir qualidade de ensino e de atendimento nas instituições de ensino municipais, buscando assim manter a continuidade do trabalho dentro das escolas, evitando a precarização das relações e as condições de trabalho de uma categoria, evitando o retrocesso para os direitos trabalhistas e para o próprio direito à educação. Também como forma de qualificar a educação, garantindo através do concurso público a qualificação inicial específica para cada cargo.

Reestruturação da SME

A Secretaria de Educação, assim como qualquer outro órgão de uma prefeitura, precisa de uma estrutura organizada, equipada e modernizada, para ter bons resultados em suas ações. A estrutura organizacional da Secretaria da Educação é um primeiro passo para se ter uma educação de qualidade, para isso é necessário um organograma, no qual todas as funções são bem definidas, assim como setores bem estruturados e equipados.

Propostas:

- Elaboração de uma Proposta Política Pedagógica que contemple todas as propostas do Plano de Governo com a participação das escolas, comunidades e considerando suas realidades;
- Retomada do Plano Municipal de Educação, considerando suas estratégias e metas, buscando assim avançar na qualidade da educação municipal;
- Criação de indicadores de qualidade da educação que permitam a avaliação da qualidade na educação municipal;
- Reestruturar setores importantes dentro da SME (Transporte escolar, Manutenção, Alimentação escolar);

Rede de proteção à infância e adolescência

Criar uma rede de proteção à infância e adolescência integrando Saúde, Assistência Social e Educação, com o objetivo de proporcionar conhecimento crescente através de estudos, pesquisas e formações sobre abuso sexual, exploração sexual e todo o tipo de crime e violência praticados contra crianças e adolescentes no município, que possa mapear os casos de violência, organizando serviços, ações e programas que possam diminuir a exposição e o risco das crianças a todo o tipo de violência, construindo fluxos de atenção, denúncia e notificação, de atendimento e de defesa e responsabilização e garantindo assim os direitos dessas crianças e adolescentes.

Propostas:

Assistência Social

- Fortalecimento dos CRAS e CREAS através do investimento em espaços adequados, equipamentos e profissionais qualificados, ampliando o alcance e a qualidade dos serviços prestados através dos programas e atendimentos prestados por esses órgãos junto à comunidade;
- Promover uma efetiva integração entre as Secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social, com o objetivo de harmonizar ações de governo que possam atender às demandas das crianças e adolescentes vítimas de abuso ou em grave situação de vulnerabilidade;
- Casa de acolhimento (Casa do bem) - Investimento e Organização;
- Compromisso de Cumprir o ECA;
- Compromisso de com a elaboração e implementação de um Plano Municipal Primeira Infância;

Saúde

- Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) Infantil;

Educação

- Equipes multidisciplinares e Centro de Atendimento especializado;
- Promover a escolarização mínima para os jovens que buscam os cursos profissionalizantes, de modo que não haja sobra de vagas como acontece atualmente;

2. EIXO SAÚDE

Propostas:

- Consolidar a Política de Atenção Primária em Saúde como ordenadora do cuidado do Programa de Estratégia de Saúde da Família, com ampliação gradativa de equipes, descentralizadas nos territórios de maior vulnerabilidade social, buscando atingir 100% de cobertura.
- Ampliar a cobertura do Programa de Agentes Comunitários de Saúde, buscando atingir 100% da população Urbana e Rural.
- Implementar gradativamente Equipes de Saúde Bucal em todas as Estratégias de Saúde da Família.
- Informatizar em rede, todos os Serviços de Saúde e a Secretaria de Saúde.
- Assegurar a manutenção, e ampliação dos serviços da Unidade de Atenção Integral a Saúde da Mulher e a Criança, visando o desenvolvimento integral da primeira infância e a redução ainda maior da mortalidade materno e infantil, na perspectiva de uma Política de Saúde humanizada.
- Futuras ações priorizando o atendimento das pessoas com sequelas da covid-19 através da atenção básica de saúde;

Consolidar os Programas e Ações Transversais de Atenção à Saúde:

- Programa Médicos pelo Brasil.
- Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica-PROVAB, inclusive com treinamento específico do tratamento da Covid-19.
- Programa de Agente Comunitário de Saúde-PACS/ACS
- Programa Primeira Infância Melhor- PIM
- Programa de Composição de Danos.
- Programa de Alimentação e Nutrição
- Programa Bolsa Família- Condicionais da Saúde.
- Programa de Combate ao Racismo Institucional na Saúde.
- Assegurar e manter o Núcleo de Atenção à Saúde da Família-NASF.
- Programa de Atenção Domiciliar para pacientes acamados.

Fortalecer e consolidar as Redes de Atenção à Saúde, voltadas as pessoas em condições de vulnerabilidade social.

- Atenção à Saúde da População Negra/ Quilombola.
- Atenção à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade.

- Atenção à Saúde das Pessoas com Deficiência.
- Atenção à Saúde da População LGBTTT.
- Atenção à Saúde das Pessoas em Sofrimento Psíquico.
- Atenção à Saúde das Pessoas em Situação de Violência.

Qualificar a Rede Hospitalar nos seguintes Serviços.

- Assistência à gestante e ao recém-nascido.
- Reestruturação e qualificação dos Serviços de Urgência e Emergência.
- Elaborar projetos e captar recursos para implantação de novos serviços de Média e Alta Complexidade, nas diversas especialidades, procurando melhorar e qualificar a Gestão Hospitalar. Assegurar e garantir o auxílio financeiro do Município ao Hospital Santa Casa através do ICCAH.
- Garantir e ampliar o atendimento do Serviço de Assistência Especializada -SAE, visando a prevenção e o tratamento das doenças transmissíveis, com equipe multidisciplinar.
- Garantir a permanência e o fortalecimento da Política de Atenção Integral à Saúde do Idoso em todas as Unidades de Saúde e na Unidade de Atenção Integral à Saúde ao Idoso, com equipe multidisciplinar especializada.
- Fortalecer e ampliar as Ações de Vigilância em Saúde, visando a redução de doenças e outros agravos, através de prevenção de doenças e promoção da saúde, bem como ao de combate de zoonoses e vetores.
- Manter e ampliar o Centro de Referência da Mulher, ampliando o acolhimento a Crianças e Adolescentes vítimas de violência em interface com outras políticas públicas como as da Assistência Social e Coordenadoria de Políticas para Mulheres.
- Fazer a defesa intransigente e incondicional do SUS, como Política Pública Universal e de Direito da Cidadania.
- Promover a gestão democrática e participativa da Saúde, garantindo a articulação com a sociedade civil, fortalecendo os Conselhos de Saúde.

3. EIXO INFRAESTRUTURA

Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana e rural

Propostas:

- **Usina de Asfalto e Subprefeituras** - A cidade de Sant'Ana do Livramento tem uma das piores infraestruturas do estado, o que se torna ainda mais dramático levando em conta a extensão do município, o 2º em área territorial do RS. Em face disso, tanto a Usina de Asfalto que foi adquirida, quanto a implementação das Subprefeituras, se constituem em medidas de urgência para atender as demandas da cidade e do campo.

Diante desta realidade, de melhorar a infraestrutura, não só para os moradores da cidade, mas também para a circulação de bens e serviços e dos milhares de turistas que acorrem para a fronteira são imprescindíveis medidas como estas. A usina de asfalto precisa urgentemente ser colocada em funcionamento para fazer frente a necessidade de melhorias nas vias urbanas e modernização da cidade, e as subprefeituras para melhorar a administração junto ao povo do campo, assegurando parque de máquinas e serviços diversos permanentemente no meio rural. Ambas medidas se revestem de caráter estratégico para fazer frente às demandas de condições adequadas de circulação das populações do campo e da cidade.

- **Programa Ilumina** – A iluminação pública contribui para a qualidade de vida e segurança pública. Deve-se modernizar e revitalizar a iluminação pública. Fornecer iluminação pública em todas as vias urbanas e rurais, respeitadas as características e prioridades. Investir na iluminação pública como qualidade de vida no que tange a segurança dos usuários e população em geral.
- **Programa de incentivo a recuperação e acessibilidade de Calçadas** – Criar programa de incentivo e recuperação das calçadas, primando pela acessibilidade de modo a possibilitar que todos os cidadãos possam transitar com facilidade e segurança.
- Implantação de estacionamento Rotativo na área central da cidade, assegurando a democratização do acesso às vagas;
- Elaborar estudo e executar projeto de melhoria de acesso, circulação de veículos no terminal de ônibus do centro e os transtornos causados pela sua localização;
- Melhoria de sinalização (placas) indicativas e informativas, principalmente para os usuários de transporte coletivo;
- Revisão e atualização do Plano Diretor Municipal – Discutir, reavaliar, redimensionar em consonância com as necessidades reais da população;
- Licitação para o transporte público como primeira providência, contemplando todos os requisitos essenciais e as próprias contrapartidas da administração municipal;
- Desenvolver um programa efetivo de manutenção das vias de uma maneira ampla e contínua;
- Instituição da passagem integrada que contemple a população que necessita utilizar mais de uma linha de transporte público para deslocar para o trabalho e para os estudos;
- Definir novas linhas e horários que contemplem o conjunto de novas demandas da população usuária;
- Ter como objetivos permanentes as questões da acessibilidade e de meio ambiente. Ex: Agenda 20-30 (ODS-ONU);
- Pensar mecanismos institucionais que promovam uma constante avaliação das ações de governo através de pesquisas de opinião;
- Controle público e transparência através dos conselhos municipais;

Água, Saneamento Básico e Meio Ambiente

- Implantar as metas estabelecidas pelo Plano Municipal de Saneamento Básico e administrar em consonância com a Política Nacional de Saneamento.
- Qualificar a gestão da própria autarquia (DAE), qualificando os serviços prestados;
- Criar um programa de valorização da cidade e divulgação da cidade, vinculando o Aquífero Guarani no sentido de valorização e preservação do patrimônio natural;
- Realização de seminários em defesa da água pública;
- Avaliar e promover estudos da utilização da energia solar para diminuir os custos com energia elétrica da autarquia;
- Priorizar o aumento da rede de esgoto, procurando desenvolver projetos de saneamento como por exemplo o híbrido de fossa e filtro;
- Buscar recursos do BNDES para investimentos estratégicos em água e saneamento básico;
- Pensar a água pública como uma estratégia fundamental para o futuro da cidade, defendendo um DAE público como patrimônio do município
- Realizar uma auditoria no DAE em busca de transparência e eficiência;
- Realizar um estudo visando conhecer a realidade dos bairros e vilas mais carentes da cidade, como um choque de realidade sobre o saneamento básico e o meio ambiente. Ex: esgotos domésticos ligados diretamente em arroios e córregos da cidade;
- Projetar o desassoreamento dos arroios Carolina e Maragato;
- Incrementar a fiscalização do uso indevido do esgoto cloacal com o esgoto pluvial, comprometendo os entes municipais responsáveis por esta tarefa;

- Auditar a dívida de consumidores com o DAE, procurando que essa dívida seja cobrada para fins de investimentos na própria autarquia.
- Importância de incorporar ao discurso e ao programa de governo a Agenda 20-30 da ONU e seus 17 objetivos de desenvolvimento sustentável. Ex: Objetivo 6 sobre a disponibilidade e gestão sustentável da água e do saneamento básico para todos;
- Buscar recursos internacionais através de projetos para o meio-ambiente e preservação das águas (Aquífero Guarani);

Programa Municipal de Educação Ambiental

Tem por objetivo estabelecer um processo de educação ambiental participativa. Propõe ampliar a consciência da população para a participação nas intervenções ambientais, mostrando a importância da valorização, preservação e recuperação da qualidade do meio ambiente, da água, da paisagem e recursos naturais e arquitetônicos da cidade.

Propostas:

- Apoio a projetos ambientais;
- Realização de ações e projetos educacionais nas escolas;
- Estímulo à educação ambiental junto à comunidade;
- Calendário Ambiental – Dia Mundial da Água, Dia Mundial do Meio Ambiente, Dia da Árvore.
- Projeto Fonte de Vida – As nascentes de cursos de água são um patrimônio ambiental de extrema importância. Para que possam garantir água de qualidade e suficiente para atender as necessidades é necessário preservá-las.
- Educação Ambiental – Incentivar a preservação da flora e fauna nativas através de campanhas educativas e reflorestamento de espécies nativas;
- Pomares Caseiros – estimular a distribuição e troca de mudas de árvores frutíferas em áreas urbanas e rurais para melhora das condições nutricionais e ajuda na arborização da cidade.
- Programa de Arborização Urbana–Planejamento elaborado com critérios técnicos, considerando as características da cidade e das plantas, com comprometimento do governo local e da população.

Habitação e Regularização Fundiária

Propostas:

- Restabelecer a Secretaria da Habitação do município com três departamentos, a saber, departamento de habitação de interesse social, departamento de regularização fundiária e departamento de assistência técnica gratuita. A importância de uma pasta que concentre as demandas sociais populares a um direito constitucional e que garanta de forma efetiva a não “expulsão dos pobres” para os vazios urbanos”;
- Estabelecer convênios e parcerias com os cursos de direito das universidades públicas e privadas da cidade, no sentido de proporcionar assistência jurídica, através dos Serviços de Assistência Jurídica das instituições, àquelas pessoas em situação vulnerável que necessitam regularizar suas moradias e glebas de terra;
- Criar um programa de caráter formativo no tocante à regularização fundiária, através de um departamento ligado à Secretaria da Habitação o qual buscará a construção de conceitos e contextos junto àqueles que demandam o poder público nesse sentido, buscando a solução do problema incluindo sua dimensão urbanística, jurídica e registral;
- Buscar recursos nas instâncias federal e estadual para realocação de famílias residentes em áreas de risco, de modo que o direito à terra e sua posse seja democratizado, assim como universalizado enquanto direito às cidades;

- Priorizar, enquanto política transversal de gênero, o acesso a tais políticas públicas às famílias chefiadas por mulheres, garantindo e resgatando seu direito de escolher a “cidade em que as mulheres querem viver”;
- Estabelecer um planejamento ao longo dos quatro anos de governo e de acordo com a realidade econômica que contemple o objetivo de zerar o déficit habitacional do município, estabelecendo programas em parceria com os demais entes federados;
- Buscar espaços que possam servir como habitação de interesse social, enquanto ação para buscar zerar o déficit hoje existente e que tende a aumentar com os efeitos da crise econômica e sanitária;
- Realizar levantamento de moradias construídas sem assistência técnica mínima com o intuito de regularizar as construções levando em conta as questões sanitárias, ambientais e climáticas e que possibilite dignidade às pessoas e comunidades carentes e não somente sua realocação;
- Retomar as Conferências das Cidades, não somente pelo acúmulo histórico já construído anteriormente, mas, sobretudo enquanto um verdadeiro e legítimo instrumento de participação popular voltada para a resolução dos problemas que obstaculizam a “cidade que queremos”;
- Estabelecer um comitê para discussão com a comunidade santanense acerca da importância de revisão e readequação do Plano Diretor, buscando adequação do contexto atual com a legislação que dispõe sobre a organização da cidade;

4. EIXO DESENVOLVIMENTO, EMPREGO, TRABALHO E RENDA

Propostas:

- Fomentar e apoiar as atividades agroindústrias;
- Explorar as potencialidades do município: terras, água, vento e micro ambientes;
- Elaborar projetos para desenvolver com sustentabilidade pensando a cidade para 2030;
- Potencializar convênios com as Universidades e Instituto Federal para fins de impulsionar projetos e pesquisas que induzam ao desenvolvimento local e regional.
- Desenvolvimento a partir da economia solidária e da agricultura familiar como prioridade de investimentos;
- Incentivar qualificação produtiva e financiamento de produção;
- **Programa de estímulo à agricultura familiar**- Estimular e apoiar a implantação de Feiras da Agricultura Familiar, valorizando os produtos produzidos no município. Aumentar gradativamente a aquisição de produtos locais para a alimentação escolar. Agricultura Sustentável – Promover medidas educativas e que estimulem uma produção sustentável sem danos irreparáveis ao meio ambiente.
- Incentivar e garantir mercado para gêneros alimentícios orgânicos produzidos no município. Ex: compra para a alimentação escolar (PNAE);
- Fomentar o turismo a partir da valorização e comercialização dos produtos da apicultura, agricultura e pecuária, como segmentos importantes para o desenvolvimento econômico e social do município;
- Programa Trabalho Cidadão- Políticas públicas para enfrentar o desemprego, criando o programa municipal do 1º emprego, para jovens, em parceria com o empresariado local;
- Gabinete de Relações Internacionais;
- **ESCRITÓRIO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS – AGENDA 2030** vinculado ao Gabinete do Prefeito Municipal, fisicamente instalado junto à Secretaria Municipal do Planejamento. As políticas e iniciativas serão instituídas para que representem um patrimônio institucional da cidade com a finalidade de transformar a cultura de articulação do desenvolvimento para que sejam políticas permanentes do Município, que completem um ciclo de desenvolvimento até o ano de 2030.
- Garantir aos produtos da terra o SIM (selo de inspeção municipal), para valorizar os produtos da Terra;
- Garantir a compra mínima da alimentação escolar da agricultura familiar e economia solidária.

- Controle social e popular da administração municipal;
- Com foco na Agenda 20-30 e nos dezessete ODS da ONU, propor políticas públicas e investimentos quanto ao uso de energias renováveis;
- Incentivar e constituir equipes de voluntariado para atuar em áreas mais vulneráveis. Voluntários Cidadãos e Populares.
- Plano de ação estratégico articulado com o setor empresarial focado na retenção turística, ofertando aos nossos visitantes um pacote de serviços de lazer, esporte, cultura, gastronomia, estimulando-os a permanecer um tempo mais em nossa fronteira.
- Projeto de recuperação dos espaços públicos como forma de atrair investimentos, empreendimentos e atrativo turístico a economia local.
- Investir e profissionalizar a Oferta turística, os serviços turísticos e a infraestrutura de apoio ao turismo.
- Mercado turístico – explorar o seu potencial como forma de impulsionar o comércio local.
- Fortalecer e apoiar os artesãos.
- **Criar o Portal Turístico de Livramento na Internet** – Mostrar as belezas da cidade através de um portal visualmente atrativo e de fácil acesso.
- Identificar e buscar soluções para as necessidades de infraestrutura e expansão da atividade turística;
- Qualificar gestores e profissionais da cadeia produtiva do turismo;
- **Microcrédito geral**- Utilizar a ferramenta do microcrédito para que seja um programa voltado para o público com dificuldade em obter recursos financeiros para tocar seu negócio local:
- **Linha de microcrédito especial**- Para iniciativaS de economia solidaria dirigidas por mulheres
- **Territórios de Economia Criativa** - Consolidar os mercados da música, artes visuais, cinema, mídia digital, artesanato, moda, arquitetura, design, etc. criando um grande complexo cultural. Uma de suas estratégias será articular os circuitos do vinho, carne, olivas e do nosso sabor local com iniciativas que possam incentivar e instituir novas atividades centradas na ampliação de interações socioeconômicas locais, por meio do estabelecimento de regiões preferenciais para os que atuam nesse setor.
 - **Tratamento dos Resíduos Sólidos** - Uma fonte de renda da cidade deverá ganhar uma sistemática de implantação progressiva e articulada da coleta seletiva de resíduos sólidos, sempre objetivando ganhos comunitários em parcerias que garantam a atividade em cooperativas de trabalhadores. Instituir indicadores de acordo a Lei de Resíduos Sólidos. Incentivar a diminuição da geração de resíduos, estimulando técnicas novas de coleta e separação desses resíduos. Aproveitamento dos resíduos orgânicos na produção de adubo orgânico que servirá para utilização pelos pequenos agricultores na periferia da cidade.
- Criação pontos de coletas de resíduos de informática e pontos de coleta de resíduos da construção civil para utilização pela prefeitura.
- Criação do 0800 para mudar a cultura do descarte indevido. Criando a cultura de prevenção em saúde pública.

5. EIXO CULTURA, ESPORTE, LAZER E CIDADANIA

Cultura, esporte e lazer

Propostas:

- CULTURA Recuperar os espaços públicos culturais através da captação de recursos federais como o PAC Restaurações.
- Implantar e regularizar o Fundo de Amparo ao Esporte Amador.
- Criar o Programa Pedal Cultural, com o objetivo de realizar circuito ciclístico pelo centro histórico.

- Ampliar o Programa Cultura no Coreto, mensalmente com as parcerias de institutos culturais e artísticos de nosso município.
- Valorizar talentos locais através da ampliação do evento Virada Cultural e implantação do Festival de Calouros.
- Construir um anfiteatro municipal.
- Implantar o Plano Municipal de Cultura.
- Criar um complexo poliesportivo.
- Adquirir ônibus exclusivo para atender as demandas de atletas e artistas com projetos apoiados ou promovidos pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer.
- Incentivar a estruturação de escolinhas com várias modalidades esportivas nos bairros.
- Modernizar a estrutura da Sala Cultural, buscando qualificar o atendimento e a diversificação de ações no local. Promover melhorias no espaço físico e acervo do Museu David Canabarro.
- Realizar parcerias público privadas para revitalização do entorno da área onde está localizada a Estação Cultura.
- Promover oficinas de qualificação para áreas de música e teatro.
- Incentivar a valorização da cultura local através da implantação do Programa Cultura nas Escolas.
- Ampliar os investimentos para realização anual da Feira do Livro.
- Manter e apoiar as diversas manifestações culturais e esportivas do município através de parcerias com universidades e escolas técnicas.
- Criar um sistema de informação cultural integrado e dinâmico que contemple o fazer cultural - quem faz, como faz e quando faz -, a produção cultural, espaços culturais, eventos, economia cultural, etc. Este 'mapa da cultura' vai facilitar o aperfeiçoamento das parcerias, das políticas e da gestão públicas.
- Fortalecer o Conselho Municipal de Cultura como fórum participativo, crítico e fiscalizador das políticas públicas e da execução do Plano Municipal de Cultura, zelando pela transparência, igualdade e democracia dos processos.
- Preservar e promover o acesso ao nosso patrimônio material, imaterial e natural, defendendo e promovendo as diferentes formas culturais da nossa cidade, pois a expressão cultural tem papel importante na formação do homem e na formação da nossa identidade urbana.
- Envolver todas as áreas do governo no desenvolvimento de políticas transversais de apoio e fomento cultural.

Participação Popular e cidadã e Gestão Pública

- O desafio que se nos impõem, é pensar a política colocando o ser humano, a pessoa, o cidadão como o centro;
- A política deve fazer com que a sociedade olhe para a pessoa, não para o lucro, a vantagem, o enriquecimento;
- Observar as garantias constitucionais como a dimensão do viver (lazer);
- A cidade como um lugar coletivo, plural, de cidadania efetiva, solidariedade e respeito;
- Usar os espaços públicos de forma coletiva para discutir os problemas comuns, de modo que se possa "abrir" a política para uma participação direta e mais efetiva dos cidadãos;
- Retomar a confiança na própria capacidade, participando efetivamente das decisões da cidade, do bairro, da sua comunidade;
- O que a cidade precisa? Discutir com as comunidades;
- Garantir uma cidadania plena através do acesso à informação. Como funciona a máquina pública. Ex: Licitação.
- Cursos para delegados do Orçamento Participativo, comunitários, associações de bairros;
- Prioridade para a promoção de políticas públicas que garantam a cidadania de forma plena;
- Planejar e executar políticas públicas, projetos, que sejam possíveis e exequíveis.

- Estabelecer mecanismos de uma comunicação mais popular e acessível. As pessoas não ficam sabendo o que acontece na esfera públicas. A informação simplesmente não chega a elas;
- Maior participação política e popular utilizando um vocabulário simples e acessível que dialogue com a maior parte da população;
- Trazer as pessoas para o espaço público. Discurso e prática;
- Políticas públicas para as mulheres.
- Garantir a atuação e valorização dos Conselhos Municipais como instrumento legítimo de participação popular;
- Pensar uma microrregionalização do Orçamento Participativo;
- Proporcionar redes de comunicação com as comunidades onde não há acesso à internet;
- Pensar e desenvolver uma cidadania com Direitos Humanos que pense o sujeito como ser humano.
- Dar visibilidade e lugar de fala aos movimentos sociais.
- Controle social e popular da administração pública;
- Estabelecer políticas públicas que visem elidir a “invisibilidade social” de grupos ou pessoas vulneráveis.
- Criar espaços para maior participação da juventude;
- Pensar mecanismos de comunicação mais efetivos para que as informações cheguem às comunidades;
- Garantir um efetivo empoderamento do cidadão quando da participação popular. Dar visibilidade às decisões, executar o que foi decidido;
- Transformar o “jeito de fazer”, com grupos de jovens, mulheres e idosos realizando visitas e caminhadas na rua, no bairro, nas suas comunidades;
- Priorizar a dimensão do que é cidadania plena;
- Há uma cultura da ignorância em face do excesso de informações falsas;
- Praticar a política da humildade, ouvindo as pessoas;

Gestão Pública

- **Criação de Subprefeituras**, conforme dispõe a Lei Orgânica municipal. Política de manutenção das pessoas no meio rural e fomento às atividades produtivas. Serão criadas gradativamente, tendo preferência as localidades rurais que possuam grande concentração de habitantes;
- **Programa de Valorização dos servidores municipais** – Através desse programa, que atuará por dentro de toda a estrutura administrativa municipal, o novo governo realizará a qualificação e capacitação permanentes dos servidores, reestruturação do quadro de servidores efetivos, capacitação funcional, política salarial e de carreira debatida com o sindicato da categoria, melhoria das condições de trabalho, desburocratização da administração pública, consolidação da legislação municipal e agilização das relações entre a administração e a comunidade;
- **Programa de Modernização Administrativa** – Através de convênios com universidades e a Caixa Econômica Federal, serão desenvolvidas as seguintes ações: controle sobre a máquina pública e seus recursos, com uma atuação planejada em todas as frentes, mantendo em dia o pagamento do salário do funcionalismo; implantação de um novo modelo de gestão, com gerenciamento eletrônico das ações do governo através de um moderno portal de gestão via internet; aquisição de computadores, nomeação de servidores e implantação de um banco de dados e de um software (programa) de gestão administrativa; modernização do imposto sobre serviços, qualificando o atendimento ao público, padronizando os documentos fiscais e tornando mais eficiente a arrecadação, sem nenhum aumento de alíquota de impostos e com uma postura firme de combate à sonegação; qualificação do gasto público, através de controle rigoroso sobre o uso de materiais e despesas em geral; recuperação das finanças e da credibilidade pública e financiamentos para novos projetos;
- **Projeto Governo de Todos** – Realização de audiências públicas regularmente para discussão de temas de importância para a população, propostas por esta ou pelo poder público, junto aos

representantes comunitários, descobrindo suas necessidades e dando respostas. Implantar políticas públicas com planejamento e participação.

- **Ouvidoria Municipal** – Dar efetividade ao canal de comunicação entre o cidadão e a governo, atendendo diretamente os municípios em propostas, sugestões e reclamações sobre os serviços prestados ou por solicitações não atendidas.
- **Gestão do Patrimônio Municipal**– A gestão patrimonial é muito importante para o órgão público. Realizar o inventário dos bens públicos permanentes (identificação e localização), permitindo o levantamento da situação dos bens em uso e a necessidade de manutenção ou reparos e a verificação da disponibilidade dos bens da unidade. Controle adequado dos bens de consumo.
- **Otimização da Receita Própria Municipal** – melhorar e modernizar o sistema de arrecadação da prefeitura, instituindo e efetivando a arrecadação de todos os tributos da competência municipal.
- **Modernização administrativa e Revisão de Documentos** – Estabelecer uma Comissão Permanente de avaliação e revisão dos estatutos, planos, decretos e leis municipais para mensurar sua adequação à realidade.
- **Informatização de documentos** – informatização dos arquivos de todas as secretarias e departamentos para agilizar buscas e conservá-los, evitando a perda, extravio deterioração dos documentos públicos.
- **Ranking Nacional de Transparência** – é uma listagem de todos os municípios de acordo com sua transparência em relação a orçamentos e prestação de contas. Compromisso de melhorar o posicionamento na lista e para tanto deve haver maior transparência às contas públicas, através do Portal de Transparência com universalização de acesso.

7. EIXO MULHERES

Políticas Públicas para as Mulheres

I- **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES:** Investir e garantir as políticas públicas para as mulheres de forma integrada para construção e promoção da cidadania, igualdade de gênero, raça e etnia. Garantindo para isso, a reativação da Coordenadoria Municipal da Mulher, com equipe representativa da diversidade política e social das mulheres, organismo esse com orçamento próprio e estrutura compatível.

II- **SUPERAÇÃO DAS DESIGUALDADES:** Trabalhar para o desenvolvimento econômico, social e cultural de Santana do Livramento, considerando a diversidade e especificidade das mulheres que vivem na cidade e no campo, com justiça social, e assegurando que as políticas de desenvolvimento promovidas pelo Município sejam direcionadas à superação das desigualdades de gênero, raça, etnia, geração e de orientação sexual.

III- **MAIS PODERES PARA AS MULHERES:** Promover o equilíbrio de poder entre mulheres e homens, inclusive, incluindo mulheres no âmbito do governo municipal, em todas as pastas. Garantir ainda em termos de recursos econômicos e autônomos, direitos legais, participação política, relações interpessoais e inserção no mundo do trabalho. Implementando políticas de ações afirmativas como instrumento necessário ao pleno exercício de todos os direitos e liberdades fundamentais para as especificidades e distintos grupos de mulheres.

IV- **COMBATER A EXPLORAÇÃO DAS MULHERES E MENINAS:** Combater e enfrentar as distintas formas de apropriação e exploração mercantil do corpo e da vida das mulheres, meninas e adolescentes, como a exploração sexual, abuso e o tráfico de mulheres, e o consumo de imagens estereotipadas da mulher.

V- **GERAÇÃO TRABALHO E RENDA:** Promover a autonomia econômica das mulheres e a escolaridade das mesmas. Visando maior igualdade e acesso ao mundo do trabalho por meio de programas sociais como o Renda Básica, por exemplo. Incentivando ainda a Economia Popular Solidária e promovendo o debate feminista na política pública da EPS (Economia Popular Solidária), enquanto programas e promovendo as relações de trabalho não discriminatórios.

VI- **EQUIPAMENTOS SOCIAIS:** Instituir a Casa Abrigo às Mulheres vítimas de violência, creches, restaurantes populares, Aluguel Maria da Penha (ações emergenciais para enfrentar período crítico durante e pós pandemia) afim de atender as mulheres em situação de vulnerabilidade. Ressignificação e valorização do Centro de referência da Mulher Deise Charopen para as mulheres em situação de violência. Retomar a Sala Lilás, instalar a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, outros equipamentos de segurança pública articular junto ao Governo do Estado.

VII- **EDUCAÇÃO INCLUSIVA:** Garantir uma Educação inclusiva não sexista, não racista, respeitadora das diversidades de orientações sexuais, nos projetos educacionais curriculares. Reconhecer e buscar formas de alterar as práticas educativas, a produção de conhecimento, a educação formal, a cultural, comunicação discriminatórias, invertendo a lógica da educação que oprime para a que liberta

VIII- **ORÇAMENTO PARA AS MULHERES:** Garantir a alocação e execução de recursos específicos nos Planos Plurianuais, Leis de Diretrizes Orçamentárias para implementação das políticas públicas para as mulheres. Elaborando adotando e divulgando indicadores sociais, econômicos e culturais, sobre a população feminina, considerando a população afrodescendente e outras etnias, como subsídios para a formulação e implantação articulada de políticas públicas nas diferentes áreas.

IX- **CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO PARA SERVIDORES (AS):** Formar e capacitar servidores (as) públicos (as) municipais em gênero, raça, etnia e direitos humanos, de forma a garantir a implementação de políticas públicas voltadas para a igualdade, valorizando-os através de PCCS (Planos de Cargos, Carreiras e Salários).

X- **MAIS ESPAÇO DE PODER PARA AS MULHERES:** Fortalecer e ampliar os organismos específicos de direitos e de políticas públicas para as mulheres em todas as esferas da administração municipal. Garantir a participação das mulheres e de suas entidades representativas e no controle social por meio do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, na formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas, disponibilizando dados e indicadores relacionados aos atos públicos e garantindo a transparência das ações.

XI- **ENFRENTAR E COMBATER NO CAMPO E NA CIDADE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER:** Consolidar um acordo municipal entre os entes públicos, sobre a política municipal de enfrentamento a violência contra a mulher - Pacto Municipal de Enfrentamento à violência contra a Mulher, implementando uma política municipal de enfrentamento, combate e prevenção.

XII- **ACESSO À TERRA E HABITAÇÃO:** Promover o acesso das mulheres, chefes de família, a titularidade da terra e moradia, promovendo facilitando crédito, em consonância com outras políticas e programas, dotados de equipamentos sociais.

XIII- **PLANO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES:** discutir amplamente com os movimentos feministas, movimentos de mulheres, organizações, instituições, por meio de conferências públicas para que se possa de fato implementar e consolidar políticas públicas transversais.

Propostas:

- Reativação da Coordenadoria Municipal da Mulher- organismo articulador da política pública para as mulheres, no âmbito do Gabinete do Prefeito.
- Garantir no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamento Anual (LOA) uma dotação mínima orçamentária para políticas públicas para as mulheres, garantindo a estruturação dos órgãos gestores, programas e serviços;
- Compromisso do cumprimento à lei Maria da Penha nº 11.340/2006, pois é a partir dela que se organiza a política de enfrentamento à violência contra a mulher. E compromisso com outras leis como a lei dos feminicídios nº 13.104/2015 haja visto número crescente de vítimas na nossa cidade;
- Criar a Casa de Abrigo às mulheres vítimas de violência em parceria com governo federal e estadual;
- Garantir a efetividade de uma equipe mínima multidisciplinar composta por as seguintes profissionais: Advogada, Assistente Social e Psicóloga, sendo estas especializadas para Centro de Referência da Mulher Deise Charopen, afim de oferecer um serviço de qualidade;

- Fortalecimento do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher;
- Restabelecer apoio psicossocial jurídico, atuando em rede com a Defensoria Pública, Poder Judiciário, Ministério Público, Delegacia de polícia/Cartório da mulher, Patrulha Maria da Penha (BM), Força Tarefa de combate aos feminicídios;
- Promover política de geração trabalho, emprego e renda, economia solidária para as associações, grupo de mulheres do meio rural, comunidades e povos tradicionais, mulheres ciganas, mulheres com deficiência, e estimular a inserção no mercado de trabalho; Apoiar e incentivar todas as mulheres que estejam organizadas em empreendimentos solidários, associações, grupos de mulheres da Economia Solidária, Economia Solidária Feminista, Catadoras, Agroecologia inseridas no processo de auto sustentabilidade; promovendo a valorização dos produtos produzidos pelas mulheres santanenses.
- Promover uma educação inclusiva e não sexista, nem racista fortalecer o debate de gênero, prevenção de violência e de discriminação contra a mulher no âmbito escolar, através de formação das (os) profissionais em Educação. Criar programas e ações para garantir a autonomia e ampliação dos direitos das mulheres;
- Manter os princípios de política de governo garantindo a Igualdade entre homens e mulheres, a equidade e paridade de gênero, raça na estruturação de todas as secretarias, órgãos municipais de administração direta e indireta;
- Saúde integral das mulheres, priorizando o atendimento especializado e a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos em todas as fases da mulher;
- Construir ações e medidas emergenciais de enfrentamento à violência, durante e após pandemia, Covid-19: como a luta para que as mulheres em situação de vulnerabilidade tenham acesso aos programas de proteção social do governo federal e estadual, como exemplo: renda mínima.
- Proporcionar a participação das mulheres no desenvolvimento das políticas públicas, criando canais institucionais de participação e fortalecendo os já existentes (conselhos, comissões, fóruns).

8. POLÍTICAS PARA A JUVENTUDE

Jovens fazendo políticas para jovens

Nossa cidade precisa, com muita responsabilidade, voltar a atenção para sua juventude. Somos diversos e diversas, lutamos pelos nossos direitos enquanto sonhamos com outra cidade possível. Enxergamos a necessidade de mudança na concepção adotada e ainda amplamente aplicada em nosso município, de jovem como risco social para a que concebe o jovem como portador e sujeito de direitos universais, geracionais e singulares. Este deve ser um marco na mudança do perfil de governo que priorize o investimento social e a participação popular. É necessário o comprometimento da gestão municipal na elaboração de políticas públicas para nossa juventude, com seriedade traçando um mapa de nossos jovens em suas mais diversas especificidades e recortes.

Propostas:

- **Garantia do desenvolvimento integral e oportunidades de inclusão:** Deve-se garantir às/aos jovens oportunidades de inclusão e suporte para que possam construir seus projetos e desenvolver sua inserção na vida social, com base na necessária interface entre segurança, saúde, educação, trabalho, cultura, tecnologia da informação e comunicação, sustentabilidade e direitos humanos.
- **Participação da juventude na construção das PPJs :** Os principais pontos de apoio e diálogo para a formulação, execução, fiscalização e avaliação das políticas de juventude devem ser as/os próprias/os jovens organizadas/os e mobilizadas/os. A partir do aprofundamento da democracia e do controle social, a partir de iniciativas como o Orçamento Participativo Jovem, proporcionar à juventude um

papel destacado e protagonista na construção das políticas universais e específicas de juventude, bem como no desenvolvimento local e nas transformações que queremos construir.

- **Vida segura, valorização da diversidade e garantia dos direitos humanos:** Os processos constitutivos da condição juvenil se fazem de modo diferenciado, segundo as desigualdades de classe, renda familiar, condição de moradia (no centro ou na periferia) de etnia, gênero etc, precisamos mapear nossa juventude para melhor conhecer suas demandas. Ao mesmo tempo em que combatemos desigualdades é necessário, mais que respeitar e reconhecer, valorizar a diversidade e pluralidade das juventudes, identificando as potencialidades e interesses distintos para garantir a plena expressão individual, cultural, religiosa e política dos jovens. Deve-se promover a articulação necessária entre a universalidade dos direitos humanos e a valorização da diversidade, para fazer frente às violências física e simbólica e definir ações integradas relativas à saúde e à segurança.
- **Ampliação do “direito à cidade”:** A cidade tem ganhado espaço como experiência de socialização de jovens, em detrimento dos universos familiar e escolar, consolidados historicamente como espaços de preparação para a vida adulta. Assegurar o direito a vivenciar a cidade é multiplicar ações públicas de integração e socialização que diminuam ao máximo os processos marginalizadores. Deve ser garantida à/ao jovem a possibilidade de se apropriar dos espaços nas cidades para a vivência elementar da cidadania e aproveitamento de seu tempo livre. Precisamos de acesso com qualidade aos nossos espaços públicos como praças e quadras nos mais diferentes pontos da cidade, com isso se mostra necessária a coragem de nossos gestores de fazer a discussão séria sobre o transporte público e sua função social. A organização e a gestão das cidades devem possibilitar – e não dificultar – os direitos juvenis à cultura, ao lazer, à educação, ao trabalho e outros bens sociais. Nesse sentido, deve-se investir principalmente em políticas de mobilidade urbana e de oportunidade de acesso à moradia digna.
- **Qualidade de vida no campo:** A agricultura familiar é a base da economia dos pequenos e médios municípios, a principal garantidora da geração de trabalho e renda nestes locais e o eixo fundamental da segurança alimentar no país. No entanto, por falta de oportunidades, os jovens rurais migram para as grandes cidades, aumentando o êxodo rural e colocando em risco a sucessão da agricultura familiar. Portanto, é necessário pensar políticas que promovam o desenvolvimento e a melhoria das condições de vida no espaço do campo, como acesso à saúde, construção de estradas, assistência técnica gratuita, capacitação profissional, educação continuada, estímulo à produção alternativa, sustentável e agroecológica, garantia de lazer, esporte e cultura. Deve-se permitir que o jovem e a jovem rural tenham a opção de permanecer no campo e ter uma vida com qualidade.
- **Implementação e ampliação de políticas estruturantes e universais e consolidação de políticas de Estado:** Articulação das PPJs emergenciais e específicas com as políticas universais e estruturantes. Deve ser, igualmente, o envolvimento na consolidação das políticas de juventude como política de Estado, para que não sejam ações passageiras de determinada gestão ou tenham viés meramente assistencial e ganhem o caráter estrutural necessário para transformar a realidade da juventude de Sant’Ana do Livramento profundamente.
- **Fiscalização, avaliação e garantia de acesso às PPJs:** Precisamos de um constante aprimoramento na construção de políticas públicas de juventude, buscando otimizar a aplicação dos recursos públicos, identificar com precisão os resultados obtidos, propor reformulações e mudanças de orientação quando necessário ou, por outro lado, intensificar e ampliar ações com resultado positivo. Também é fundamental a difusão das PPJs para atingir as regiões periféricas da cidade, áreas rurais, comunidade quilombola e beneficiar de fato as/os jovens mais carentes, atingindo, assim, sua função essencial – a melhoria da qualidade de vida da juventude santanense.
- **Implantação de programas voltados à geração de emprego e renda:** Buscar construir condições para que os jovens continuem estudando, antes de integrar formalmente o mercado de trabalho, o que minimiza a pressão pela procura de emprego e permite o desenvolvimento pleno ou mais completo dos potenciais criativos. Na outra ponta, é necessário dar prosseguimento a experiências que permitam a entrada no mercado para os que não querem ou não têm condições de continuar estudando, promovendo iniciativas de associativismo, cooperativismo, economia popular e

solidária, capacitação profissional, programa de primeiro emprego e demais alternativas de geração de renda para a juventude. Criação de programas municipais de crédito e microcrédito para jovens empreendedores. Criação de um banco de empregos especial para jovens em conflito com a lei, para coibir a reincidência e permitir sua ressocialização.

- **Estimular projetos de universalização, melhoria da qualidade e reestruturação democrática da educação:** A escola deve ser pensada a partir de uma nova concepção, de educação integrada, que dialogue com as necessidades da/do jovem. Um currículo escolar mais flexível, possibilitando a experimentação de outras potencialidades, que contemple a formação humana, ou seja, matérias que dialoguem e expliquem-se pela relação da/do jovem com o mundo seriam capazes de formar cidadãos/os críticas/os e mais dispostas/ os e bem formadas/os para incidir socialmente. É preciso que o ensino técnico/profissionalizante promova a qualificação profissional efetiva, inibindo o subemprego entre a juventude. Avançar na construção da nova escola, com implementação da gestão democrática e em que as/os estudantes e a comunidade possam opinar sobre as decisões em relação à escola. A participação é uma condição para atingirmos a qualidade da educação e o compromisso coletivo com o aprendizado. Valorizar os profissionais de educação, garantindo salários e planos de carreira dignos, respeito aos direitos trabalhistas e incentivos à formação contínua do profissional.
- **Implantação de projetos na área da cultura, esporte e lazer :** É necessário universalizar o acesso à cultura e aos bens culturais, com a constituição de espaços públicos de lazer e cultura para a juventude, além de apoiar o esporte amador e participativo, a criação e a manutenção de espaços esportivos nos bairros e a prática esportiva nas instituições de ensino. Impulsionar a criação de pontos de cultura, visando proporcionar espaços públicos de integração, interação e diálogo entre diversos segmentos juvenis, disponibilizando infraestrutura para a realização de reuniões, oficinas e eventos. Some-se a isso a produção cultural das/dos jovens, possibilitando o acesso a produtos, informações, meios de produção, difusão e valorização da memória cultural coletiva. O impulsionamento de jovens como protagonistas na produção e difusão da cultura é uma política fundamental.
- **Implantação de projetos na área da saúde, direitos humanos e cidadania:** Devem ser implantados projetos para esclarecimento, tratamento e prevenção ao consumo de drogas e acompanhamento psicológico (quando necessário) aos jovens com problemas decorrentes de drogas lícitas ou ilícitas, implementação de políticas de redução de danos, programas para prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, ações de esclarecimento e prevenção da gravidez indesejada, voltados para homens e mulheres na juventude e adolescência. Capacitação de servidoras/es da saúde para o atendimento à/ao jovem, acompanhamento de jovens em conflito com a lei, espaços de acolhida para jovens em situação de rua, orientação e acompanhamento em casos de violência doméstica e outros voltados à qualidade de vida da juventude. Formações para operadores de segurança pública e privada no atendimento e abordagem e no aprendizado ao respeito à livre orientação afetivo-sexual e de identidade de gênero.
- Efetivação das políticas delineadas pelos jovens;
- Conferências municipais, Orçamento Participativo Jovem e demais espaços amplos de diálogo e de construção coletiva;
- Elaboração de um Plano Municipal de Juventude para consolidar a formulação, o planejamento e a execução destas ações no decorrer de nossa gestão.

9. POLÍTICAS DE COMBATE AO RACISMO

Instituição de políticas de promoção da igualdade racial, como eixo estruturante do desenvolvimento de políticas transversais que dialoguem com todas as áreas do governo;

II – Enfrentamento à vulnerabilização e à violência contra a juventude negra, a partir da criação de programas específicos que reduzam os índices de mortalidade e encarceramento dessa parcela da população.

- Políticas públicas que busquem igualdade de tratamento, salários e oportunidades no mundo do trabalho, por meio da implantação das políticas de cotas e programas de empreendedorismo;
 - Criação de programa de formação/qualificação de jovens empreendedores negros e negras – incluindo as especificidades das comunidades negras tradicionais (quilombolas e comunidades de terreiros) e rurais – em parceria com o Sistema “S”, as escolas técnicas e universidades;
 - Implantação de um Pacto Municipal de Enfrentamento da Violência contra a Mulher, articulado com ações na área de segurança pública que visem à superação da discriminação racial e de gênero;
 - Criação de ações governamentais, com especial atenção a prevenção e qualificação dos trabalhadores e trabalhadoras em saúde acerca das especificidades da saúde da população negra e das doenças físicas e mentais decorrentes do racismo;
 - Construção de mecanismos mais efetivos de participação dos quilombolas, respeitando as especificidades de cada região, inclusive assegurando a consulta pública livre e informada, quando se tratar de ações que afetem a vidas das comunidades quilombolas;
 - Estabelecer políticas que permitam a defesa e prática da liberdade e diversidade religiosa, desenvolvendo campanhas institucionais contra o racismo religioso e pela valorização das religiões de matriz africana;
 - Indução de programas de formação de professores (as) em torno das leis 10.639 e 11.645 nas universidades federais, na promoção de cursos de especialização, privilegiando professores (as) do Ensino Básico.
- Criar a Coordenadoria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - Com ênfase da necessidade contínua da promoção e reafirmação das diversas culturas raciais.
- Ampliar o Programa de Atenção Integral da Saúde da População Negra para LGBT's.
- Criar programas de incentivo e valorização da cultura negra.
- Implementar de forma efetiva a lei 10.639 nas escolas da rede municipal e assegurar o controle social desta lei.

Santana do Livramento – setembro de 2020.